



5268262



00135.237489/2025-12

PLANO DE TRABALHO

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 13/2025 - IFNMG

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizadores(a): **Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI)**

Nome da autoridade competente: **Alexandre da Silva**

Número do CPF: *****.925.***-13**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**

Contatos: **(61) 20273405 / 20273936 / 20273801 / 20273574**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **UG 810009 - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **UG 810009 - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)**

Nome da autoridade competente: **Joaquina Aparecida Nobre da Silva**

Número do CPF: *****.006.***-50**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais**

Contatos: **(38) 998109094**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **UG 158121/Gestão: 26410- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: **UG 158121/Gestão: 26410 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais**

3. OBJETO:

Formação de Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa para identificação de violação de Direitos Humanos e fomento à criação ou fortalecimento de arranjos institucionais que viabilizem as políticas públicas para a Pessoa Idosa no Norte do Estado de Minas Gerais.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

O projeto "Envelhecer nos Territórios" no IFNMG emerge como uma resposta crucial às necessidades da população idosa nos municípios de **Araçuaí, Virgem da Lapa e Berilo**. O objetivo é formar agentes dedicados a promover a qualidade de vida e os direitos das pessoas idosas.

Com a capacitação de, no mínimo, 17 agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa, busca-se fortalecer sua capacidade de atuação. O projeto inclui a realização de visitas domiciliares a, no mínimo, **2.600 pessoas idosas** com deficiência, visando garantir o cumprimento de seus direitos e oferecer o suporte necessário.

Meta 1: Formação de **17 agentes** de Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

- **Meta 2:** Visitas técnicas ao domicílio de, no mínimo, **2.600 pessoas idosas com deficiência** para identificação de violações de Direitos Humanos.

- **Meta 3:** Criação ou fortalecimento de um arranjo institucional de Direitos Humanos da Pessoa Idosa na gestão municipal.

Metas	Etapas
Meta 1: Formação de 17 Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa. Etapas Etapa 1: Seleção da equipe técnica do projeto. Etapa 2: Realização de planejamento pedagógico para alinhamento, planejamento e construção da formação teórico-prática em Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em parceria com a SNDPI. Etapa 3: Elaboração de protocolos de atuação dos agentes em campo, de acompanhamento e de avaliação das atividades de campo, em parceria e validados pela SNDPI/MDHC.	

	Etapa 4: Seleção e matrícula dos alunos para o curso de formação de Agentes de Direitos Humanos. Etapa 5: Realização da Formação teórica dos Agentes de Direitos Humanos.
Meta 2: Visitas técnicas ao domicílio de, no mínimo, 2.600 pessoas idosas	Etapa 1: Planejamento das atividades de campo. Etapa 2: Divulgação do Projeto. Etapa 3: Realização de visitas técnicas domiciliares. Etapa 4: Elaboração de relatórios técnicos e de relato da experiência do projeto Envelhecer nos Territórios nos municípios do norte de Minas Gerais.
Meta 3: Criação ou fortalecimento de um arranjo institucional de Direitos Humanos da Pessoa Idosa na gestão municipal.	Etapa 1: Mapear os atores estratégicos e estabelecer parcerias. Etapa 2: Articular ações conjuntas para a solução das violações de Direitos Humanos identificadas. Etapa 3: Produzir material educativo sobre Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

METODOLOGIA

A metodologia adotada consiste em descrever as ações necessárias para a execução do objeto proposto, conforme detalhamento abaixo.

Meta 1: Formação de 17 Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

Etapa 1: Seleção da equipe técnica do projeto.

Para a execução do projeto, serão selecionados e/ou designados os seguintes profissionais: Coordenador, Coordenador Adjunto/Responsável Técnico pelo projeto, Supervisor, Professor e Apoio administrativo.

A escolha dos Coordenadores/as ficará sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, sendo esse profissional integrante do Quadro Docente do Instituto. Para os demais profissionais, haverá um edital para seleção, priorizando aqueles que residem nos territórios, formação acadêmica, habilidades interpessoais, capacidade de trabalho em equipe, conhecimento da região onde o projeto será executado e comprometimento com os princípios dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

Além disso, a equipe técnica deve passar por um processo de capacitação inicial e contínua, sob a responsabilidade da SNDPI, para garantir que todos estejam alinhados com os objetivos do projeto e preparados para lidar com as especificidades do público-alvo. A execução do projeto, podendo indicar ajustes e melhorias necessárias para a exequibilidade do Envelhecer nos Territórios, incluindo o processo de seleção desses profissionais, para que os objetivos propostos sejam atingidos.

Por tratar-se de proposta formativa que envolve ações de ensino em serviço, a atuação dos coordenadores e supervisores de campo é fundamental para a consecução dos processos de ensino e aprendizagem dos participantes, contribuindo para formação de um: de Direitos Humanos da Pessoa idosa. Desta forma, espera-se as seguintes atribuições:

a) Coordenador Adjunto (Responsável técnico pelo Projeto)

- atuar como interlocutor entre o Instituto Federal e a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa durante todo processo de execução do curso de formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa;
- formalizar com os municípios, os convênios e acordos técnicos necessários para execução das atividades práticas no território;
- coordenar o processo seletivo de coordenadores e supervisores que participarão da formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa;
- coordenar o processo seletivo dos cursistas que participarão da formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa;
- atuar com os demais membros da equipe na construção do plano de ensino para formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa;
- articular os recursos físicos e humanos necessários para o desenvolvimento de todas as etapas do curso de formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa; e
- encaminhar os relatórios parcial e final do curso de formação dos Agentes para a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

b) Coordenador-Geral

- participar de capacitação sobre Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que será realizada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
- contribuir com os demais membros da equipe na construção do Plano de Curso para formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa;
- participar no processo de seleção dos cursistas que participarão da formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa;
- coordenar a execução da formação dos Agentes, considerando o cronograma de atividades teórico-práticas;
- coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos supervisores e a atuação dos cursistas no território;
- identificar e solucionar possíveis problemas no desenvolvimento das atividades práticas dos supervisores;
- realizar reuniões periódicas com os supervisores de curso;
- elaborar protocolo de atuação, acompanhamento e avaliação das atividades que serão executadas em campo;
- elaborar o relatório parcial e final do curso de formação de Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa; e
- realizar a substituição dos cursistas que desistirem ou que não se adequarem às normas estabelecidas de formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

c) Supervisor

- participar de capacitação sobre Direitos Humanos da Pessoa Idosa, a qual será realizada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – SNDPI;
- contribuir com os demais membros da equipe na construção do plano de curso para formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa;
- participar no processo de seleção dos cursistas que participarão da formação dos Agentes;
- apoiar o cursista em seu processo de aprendizagem e no aprofundamento dos estudos;
- realizar a supervisão direta das atividades práticas nos campos pré-determinados;
- facilitar a integração do cursista com o território;
- exercer a função de orientador de referência para o desempenho das atividades no território;
- acompanhar o desempenho das atividades dos cursistas, bem como frequências; e
- indicar a necessidade de substituição dos cursistas que desistirem ou que não se adequarem às normas estabelecidas de formação dos Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

d) Apoio Administrativo

- apoiar das atividades administrativas em geral;
- apoiar as atividades de relacionamento com a fundação como cadastros de pessoal, cadastro de pagamento e contratos e distratos;
- dar suporte ao acompanhamento e aos relatórios do plano de trabalho;
- apoiar os processos de seleção dos cursistas e cadastro;
- apoiar os processos de compras/aquisições do projeto;
- emitir relatórios de acompanhamento e ações do projeto;
- dar suporte a todas as atividades técnicas e práticas do projeto;
- atuar nos controles documentais;
- participar das reuniões, fazer as atas e emissão dos documentos no SEI; e
- dar suporte a todas as atividades administrativas, financeiras, de pessoal e técnicas do projeto conforme encaminhado pelos coordenadores.

Etapa 2: Realização de planejamento pedagógico para alinhamento, planejamento e construção da formação teórico-prática em Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em parceria com a SNDPI.

Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o material didático, produtos a serem entregues, a partir das diretrizes da SNDPI, contemplando:

- Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (OEA, 2015);
- Estatuto da Pessoa Idosa;
- Portaria nº 561, de 4 de setembro de 2023 – que institui o Programa Envelhecer nos Territórios;
- Política Nacional do Idoso; e
- Disque 100.

No contexto do planejamento pedagógico, será incluído um módulo para discussão do mapeamento do arranjo institucional e articulação das ações conjuntas, previstos na Meta 3.

Etapa 3: Elaboração de protocolos de atuação dos agentes em campo, de acompanhamento e de avaliação das atividades de campo, em parceria e validados pela SNDPI.

Criação de fichas e/ou instrumentos de coleta de dados para aplicação nas visitas técnicas, a partir das diretrizes da SNDPI e considerando o Disque 100.

Os protocolos a serem construídos devem considerar:

- O reconhecimento do território de atuação, na perspectiva de sua dinâmica e correlação de forças; e
- A abordagem junto às pessoas idosas e/ou seus responsáveis e a identificação das violações de direitos humanos da pessoa idosa, à luz dos 27 artigos da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (OEA, 2015).

Etapa 4: Seleção e matrícula dos alunos para o curso de formação de Agentes de Direitos Humanos.

Elaboração do Edital de seleção de candidatos, contemplando alunos com disponibilidade de 20 horas semanais e/ou pessoas do próprio território, considerando critérios de ações afirmativas e prevendo a criação de um cadastro de reserva para eventuais evasões candidatos bolsistas e não bolsistas.

Etapa 5: Realização da Formação teórica dos Agentes de Direitos Humanos

Execução do Plano de curso de 40 horas nas dependências do Instituto Federal, que requer sala para, no mínimo, 30 pessoas, acesso à internet, computadores, e equipamentos de audiovisual.

Meta 2: Visitas técnicas ao domicílio de 2.600 pessoas idosas para identificação de violações de Direitos Humanos.

O processo de formação do Agente contempla atividades teóricas e práticas, sendo 40 horas de formação teórica e 80 horas mensais práticas.

Etapa 1: Planejamento das atividades de campo.

Mapeamento do território – identificando o local de residência das pessoas idosas, para estabelecer relações entre os locais de domicílio dos agentes e pessoas idosas. Ainda, distribuir o zoneamento desse território para atuação de cada agente.

No processo de planejamento, deverá ser utilizada uma plataforma digital para registro e acompanhamento da execução do projeto, de forma compartilhada com a SNDPI.

Registra-se que o mapeamento será produto previsto nessa etapa.

Etapa 2: Divulgação do Projeto.

Será elaborado um plano de divulgação, um produto previsto nesta etapa, identificando os meios de comunicação, de acordo com a realidade local, de melhor alcance (carro/bicicleta de som, rádios comunitárias, redes sociais etc).

Etapa 3: Realização de visitas técnicas domiciliares.

Considerando o total de 30 agentes, cada um deles deverá realizar, no mínimo, 2 (duas) visitas técnicas para cada pessoa idosa de sua área de atuação, respeitando a carga horária de 20 horas semanais de trabalho de campo. O conteúdo dessas visitas deverá ser r acompanionamento.

Etapa 4: Elaboração de relatórios técnicos e do relato da experiência do projeto Envelhecer nos Territórios nos municípios do norte de Minas Gerais.

Serão entregues 2 (dois) relatórios parciais, o primeiro no 6º mês e o segundo no 12º mês do projeto, e um relato de experiências no 18º mês, a serem encaminhados para validação da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Os relatórios técnicos, a serem apresentados pelo Instituto, devem conter as etapas e os respectivos produtos pactuados, seus indicadores e meios de verificação, além do percentual de execução de cada um deles. Já o relato de experiências deve consolidar as vivi longo da formação, incluindo, de forma objetiva, as dificuldades enfrentadas e as soluções propostas durante esse processo.

Meta 3: Criação ou fortalecimento de um arranjo institucional de direitos humanos da pessoa idosa na gestão municipal

Etapa 1: Mapear os atores estratégicos e estabelecer parcerias.

O mapeamento dos atores estratégicos, que será um produto previsto, será construído a partir da busca por parceiros locais que atendam e lidam com as pessoas idosas nos municípios do norte de Minas Gerais.

Etapa 2: Articular ações conjuntas para a solução das violações identificadas.

As ações conjuntas serão estabelecidas a partir das violações identificadas nas visitas técnicas. Haverá um instrumento para formalizar essas ações conjuntas, como convênios, acordos ou instrumentos congêneres.

Etapa 3: Produzir material educativo sobre Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

Será produzido um material educativo para entrega ao município ao final do projeto, contendo as principais informações relacionadas aos Direitos Humanos da Pessoa Idosa e considerando os resultados coletados ao longo da execução do projeto. Além disso, dura quais situações podem ser trabalhadas por meio desse material educativo.

Em tempo, registra-se que o Termo de Referência, instrumento que detalha as ações necessárias para execução do objeto proposto, será parte integrante dos documentos do projeto.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A composição etária de um país é um elemento importante a ser considerado por gestores e formuladores de políticas, já que um desses desafios é precisamente no campo dos direitos humanos. A base conceitual da Convenção Interamericana sobre a Proteção da Mudança de paradigma da perspectiva biológica e assistencial para a visão social dos direitos humanos.

A garantia dos Direitos Humanos para a Pessoa Idosa é crucial para promover sua dignidade, protegê-la contra abusos, garantir sua saúde, bem-estar e inclusão social, além de proteger seus direitos econômicos e sociais e assegurar acesso à justiça. Esses direitos vivem de maneira plena, autônoma e com igualdade de oportunidades. Logo, conhecer o nível de garantia de direitos humanos das pessoas idosas em nível populacional permite monitorar e avaliar o progresso na implementação de políticas e programas voltados. Por meio dessas informações, é possível direcionar recursos, desenvolver políticas específicas, fortalecer ações de promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas idosas e acompanhar o impacto dessas medidas ao longo do tempo. Garantir os Direitos Humanos é premente, considerando não somente a questão demográfica, mas também as diversas formas de envelhecer no nosso país, marcadas por profundas desigualdades sociais, sejam elas de classe social, renda, gênero, raça e regionais. Logo, é fundamental resgatar as idosas e suas referências de vida, a partir da criação de condições de suporte à vida das pessoas idosas no que se refere à garantia dos direitos humanos, em especial à proteção social e cidadania.

Nessa perspectiva, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania criou o Programa Envelhecer nos Territórios para promover o direito de envelhecer a todas as pessoas e garantir os direitos humanos das pessoas idosas, de 4 de setembro de 2023, esse Programa tem como ações, conforme disposto no artigo 2º da Portaria em questão:

- I - incentivo à criação de órgãos públicos estaduais, distrital e municipais responsáveis pela gestão das políticas de direitos humanos voltadas à pessoa idosa em Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de ações de equipagem e capacitação;
 - II - atuação de agentes locais de direitos humanos para identificação e articulação intersetorial com vistas à resolutividade das violações de direitos humanos de pessoas idosas; e
 - III - fortalecimento da participação social nos conselhos de direitos da pessoa idosa, com oferta de diretrizes e capacitação de conselheiros(as).
- § 1º A equipagem se dará conforme as normativas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e considerará as particularidades de cada município no que se refere ao porte populacional e aos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica.
- § 2º A formação de agentes locais de direitos humanos da pessoa idosa será realizada nos territórios em consideração às suas especificidades e em articulação com a gestão pública local, Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Conselhos Municipais e Estaduais.
- § 3º A formação descrita no parágrafo anterior deste artigo será baseada na educação popular e interprofissional, com duração de no mínimo 40 (quarenta) horas teóricas presenciais e 80 (oitenta) horas mensais práticas nos territórios, voltada para estudar violações dos direitos humanos das pessoas idosas e à articulação para o enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes de tais violações.
- § 4º A capacitação de representantes da gestão estadual e municipal e de conselheiros(as) de direitos da pessoa idosa se dará à luz da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, consolidando órgãos responsáveis pela gestão das políticas de direitos humanos voltadas às pessoas idosas no seu território.

Ainda de acordo com essa norma, cada Agente ficará responsável pelo acompanhamento de 150 (cento e cinquenta) a 200 (duzentas) pessoas idosas, no intuito de detectar violações de direitos humanos, como negligência, abuso físico ou psicológico, falta de atenção e garantir a sua proteção. Com a institucionalização dos órgãos municipais de Direitos Humanos, será possível identificar e interviver nessas situações, protegendo as pessoas idosas mais vulneráveis e garantindo sua dignidade e bem-estar.

O projeto Envelhecer nos Territórios, apresentado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, integra a experiência-piloto desse Programa para formação de Agentes de Direitos Humanos e fomento à criação ou fortalecimento de políticas públicas para a Pessoa Idosa nos municípios do norte de Minas Gerais. Esse conjunto de ações têm o potencial de promover uma mudança cultural em relação aos direitos das pessoas idosas: ao aumentar a conscientização sobre a importância de respeitar a sociedade mais solidária e inclusiva, onde o envelhecimento é valorizado e visto como uma fase da vida digna de respeito.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas regiões Norte e Noroeste de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Atualmente possui uma abrangência de 177 municípios distribuídos em quatro mesorregiões (Norte e Noroeste de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Os indicadores econômicos apontam que o Vale do Jequitinhonha é um dos territórios mais pobres do Brasil, com PIB per capita menor que a média nacional. De acordo com o IPEA (2015), a maioria da população cadastrada no CADÚNICO, do governo federal, localiza-se nas regiões Norte e Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Os Índices de Desenvolvimento Humano dessas regiões são baixos, com os maiores índices de desenvolvimento humano, sete, sendo os Vales do Jequitinhonha e Mucuri e da região central.

O IFNMG, por manter-se atualizado em relação a todas as demandas regionais, constitui-se um referencial ímpar para o desenvolvimento local e regional, sobretudo, na preparação de cidadãos para atuarem como verdadeiros agentes de mudanças, por meio da formação e garantias dos direitos da pessoa idosa.

RESULTADOS ESPERADOS

Tabela 2: Resultados esperados

Meta	Especificação	Indicador	Resultados esperados
1	Formação de 17 Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa.	Número de Agentes formados.	17 agentes formados.
2	Visitas técnicas ao domicílio de 2.600 pessoas idosas para identificação de violações de Direitos Humanos.	Número de Agentes supervisionados e Número de pessoas idosas visitadas.	17 Agentes supervisionados e 2.600 pessoas idosas visitadas.
3	Criação ou fortalecimento de um arranjo institucional de Direitos Humanos da Pessoa Idosa na gestão municipal.	Número de parcerias estabelecidas com a gestão municipal.	No mínimo, uma parceria estabelecida.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- (x) Sim
() Não

A descentralização do crédito configura, em suma, uma delegação de competências (art. 1º do Decreto 10.426/20), para todos os efeitos.

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- (x) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1- Despesas administrativas e operacionais da Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Tecnológico, no percentual de 8,08 % do valor do projeto, totalizando R\$ 25.883,00 (vinte e cinco mil oitocentos e oitenta e três reais). O Instituto Federal de Educação (IFNMG) formalizará parceria com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Tecnológico, para gestão administrativa e financeira do projeto. A contratação possui fundamento na Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.958/94 e Decreto 10.426/2020.

2- A Fundação tem personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.043.851/0001/72. Sede: Fazenda Varginha, km 02 da Rodovia MG 404 (Salinas-Taubateiras).

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O quadro abaixo demonstra o cronograma físico-financeiro do projeto.

Meta 1: Formação de 17 Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa.								
Etapa	Descrição	Indicador Físico	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Inicio	fim	
Etapa 1: Seleção da equipe técnica do projeto	Fundação de Apoio (FADET) ¹ (8,78% de R\$ 294.795,4)	N/A	1	R\$25.883,00	R\$25.883,00	1 Mês	13Mês	
	Coordenador Geral (Responsável Técnico) ²	Mês	13	R\$ 2.650,00	R\$34.450,00			
	Coordenador Adjunto ³	Mês	13	R\$ 2.650,00	R\$34.450,00			
	Supervisor ⁴ (3 Supervisores para 3 municípios)	Mês	11	R\$ 1.500,00	R\$49.500,00			
	Professor ⁵ (Formador, 40 horas)	Hora-aula	40	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00			
	Apoio Administrativo ⁶	Mês	11	R\$ 1.400,00	R\$15.400,00			
Valor Total da Etapa 1				R\$ 161.683,00				
Etapa 2/3/4: Planejamento/Protocolos/Seleção	Material didático, protocolos e divulgação	Unidade	17	R\$ 50,00	R\$ 850,00	1 Mês	1 Mês	
Valor Total das Etapas 2/3/4				R\$ 850,00				
Etapa 5: Realização da Formação Teórica/Prática	Bolsa para alunos/agentes ⁷ (17 agentes x 10 meses)	Mês	17	R\$ 750,00	R\$127.500,00	1º Mês	10º Mês	
	Logística, Auxílio, Material de Campo ⁸	Unidade	–	R\$ 29.967,00	R\$ 29.967,00			
Valor Total da Etapa 5				R\$ 157.466,93				
Valor total da meta 1:						R\$ 319.999,93		

Produto 1	17 agentes formados.
Meta 2: Visitas técnicas ao domicílio de 2.600 pessoas idosas para identificação de violações de Direitos Humanos.	
Total da meta 2	R\$ 0,04
Produto 2	2.600 pessoas idosas visitadas.
Meta 3: Criação ou fortalecimento de um arranjo institucional de direitos humanos da pessoa idosa na gestão municipal	
Total da meta 3:	R\$ 0,03
Produto 3	Uma parceria estabelecida no município.
VALOR TOTAL DO PROJETO	R\$ 320.000,00

¹ Fundação de Apoio (FADET): Despesas operacionais e administrativas da Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Tecnológico (FADET), calculadas no percentual de 8,78% do valor total do TED. Considerando o valor global do projeto de R\$ 320.000,00, o montante destinado à FADET corresponde a R\$ 25.883,00. A FADET possui personalidade jurídica c

² Coordenador Geral: Bolsa destinada ao Coordenador Geral/Responsável Técnico. O profissional receberá R\$ 2.650,00 mensais, pelo período de 13 meses (duração ajustada), totalizando R\$ 34.450,00.

³ Coordenador Adjunto: Bolsa destinada ao Coordenador Adjunto. O profissional receberá R\$ 2.650,00 mensais, pelo período de 13 meses (duração ajustada), totalizando R\$ 34.450,00.

⁴ Supervisores: Bolsas destinadas a três supervisores, com atuação nos municípios de Araçuaí, Virgem da Lapa e Berilo. Cada supervisor receberá R\$ 1.500,00 mensais, durante 13 meses (duração ajustada), totalizando R\$ 49.500,00 (3 x 13 x R\$ 1.500,00).

⁵ Professor-Formador: Bolsa para o professor responsável pela formação técnica (40 horas). O valor é de R\$ 50,00 por hora/aula, totalizando R\$ 2.000,00.

⁶ Apoio Administrativo: Bolsa mensal de R\$ 1.400,00, pelo período de 13 meses, totalizando R\$ 15.400,00.

⁷ Material Didático da Formação: Custo referente à produção de material didático (apostilas e demais itens) para 17 agentes participantes da formação no novo escopo (Araçuaí, Virgem da Lapa e Berilo). O valor unitário pactuado é de R\$ 50,00, totalizando R\$ 850,00 (17 x R\$ 50,00).

⁸ Bolsas para Alunos/Agentes: Bolsas destinadas aos 17 agentes de Direitos Humanos que atuarão junto a 2.600 pessoas idosas com deficiência. Cada agente receberá R\$ 750,00 mensais, pelo período ajustado de 10 meses, totalizando R\$ 127.500,00 (17 x 10 x R\$ 750,00).

⁹ Os recursos previstos para a logística do projeto incluem: 37 diárias, no valor unitário de R\$ 335,00, totalizando R\$ 12.395,00; material gráfico para divulgação do projeto, no valor de R\$ 5.000,00; 4 coffee-breaks, no valor unitário de R\$ 2.500,00, totalizando R\$ 10.000,00; e material estudantil para a formação teórico-prática — composto por apostilas, lápis, b
campo (protetor solar, squeeze, entre outros) — no valor de R\$ 151,29 por estudante, considerando 17 estudantes, totalizando R\$ 2.571,93.

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Dezembro/2025	R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)

Os recursos descentralizados, que não forem utilizados até 31 de dezembro de cada exercício, serão restituídos à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, em data anterior do Tesouro Nacional – STN, para o encerramento do correspondente exercício financeiro.

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Sim	R\$ 320.000,00
TOTAL		R\$ 320.000,00

12. CONSIDERAÇÕES

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais comprometem-se a adotar as medidas necessárias para o cumprimento do disposto no presente Plano de Trabalho, bem como a designar contados da data de sua assinatura, responsável pelo acompanhamento da execução das atividades descritas. (Art. 17 Decreto 10.426/2020).

13. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Na Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste Plano de Trabalho e sob as penas do art. 299 do Código Penal.

14. PROPOSIÇÃO

Montes Claros, na data da assinatura.

JOAQUINA APARECIDA NOBRE DA SILVA

Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

15. APROVAÇÃO

Brasília, na data da assinatura.

ALEXANDRE DA SILVA

Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Em 24 de novembro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Joaquina Aparecida Nobre da Silva, Usuário Externo**, em 26/11/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.Documento assinado eletronicamente por **Alexandre da Silva, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**, em 26/11/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5268262** e o código CRC **CE98CD65**.

Referência: Processo nº 00135.237489/2025-12

SEI nº 5268262

Criado por [rosangela.santos](#), versão 44 por [vitoria.silva](#) em 25/11/2025 16:43:55.